

# A inclusão de grupos sub-representados nos processos participativos

Pesquisa-ação colaborativa

---



# Pesquisa-ação colaborativa

## Conhecer para agir

Esta linha de trabalho assenta nos princípios da pesquisa-ação colaborativa, distinguindo-se de outras abordagens mais convencionais pelo facto de visar a recolha de informações sobre um dado fenómeno ou realidade - no caso a participação de grupos sub-representados - para, num segundo momento, implicar o desenvolvimento de ações que visam promover mudanças positivas - nomeadamente, favorecer uma maior inclusão dos referidos atores nas práticas levadas a cabo pelas autarquias.



# Universo de estudo

## Agir para reforçar a cooperação

O universo desta pesquisa-ação são os membros que fazem parte da **Rede de Autarquias Participativas**. Pelo exposto, não se pretende alcançar uma representação estatística fiel das posições de diferentes pessoas envolvidas em processos participativos/deliberativos em Portugal, limitando-se antes ao conjunto de municípios e freguesias que integram a referida Rede.



# Grupos sub-representados

## Definição

Entende-se como atores sub-representados as pessoas que pertencem a grupos sociais ou a territórios tradicionalmente menos presentes nas dinâmicas coletivas, entre as quais se destacam, no presente âmbito, os processos participativos promovidos pelas autarquias.

Sem dispositivos concretos e intencionais, as práticas de participação tendem a espelhar as sub-representações existentes numa dada realidade.



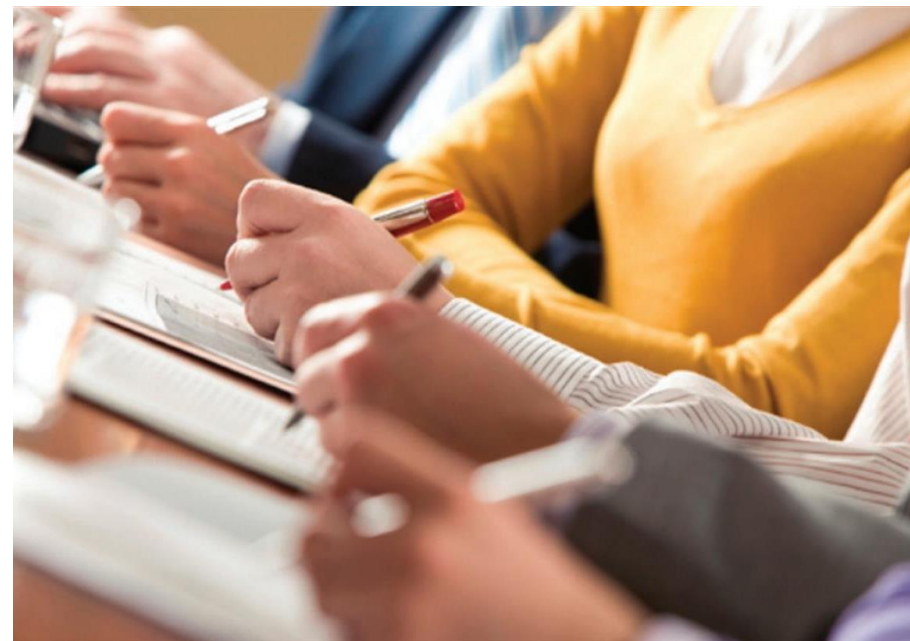


# Duas linhas de pesquisa-ação

## Autoavaliação e avaliação externa

O estudo efetuado assentou em duas linhas de pesquisa:

- Uma, assente na aplicação de um inquérito por questionário a todos os membros da RAP, através do qual puderam avaliar inclusão dos grupos sub-representados nos processos participativos em curso.
- Outra, focada na análise externa do carácter inclusivo das páginas de internet dos membros da RAP, em particular as dedicadas aos processos participativos. Foram analisadas 59 páginas.



# Autoavaliação

---

Resultados do inquérito por questionário

# Grupos sub-representados

---

Para esta linha de pesquisa foram definidos os seguintes grupos sub-representados:

Crianças **Adolescentes** Jovens **Mulheres** Idosos **Pessoas com mobilidade reduzida**  
**Pessoas com visão reduzida / cegos** **Pessoas surdas e surdas-mudas**  
**Pessoas com problemas psíquicos** **Pessoas com baixa alfabetização**  
**Pessoas provenientes de zonas rurais** **Estrangeiros extracomunitários**  
**Estrangeiros comunitários** **Minorias étnicas** **Pessoas com alto poder de compra**  
**Pessoas LGBTQI+**

# Fatores de sub-representação

---

Para facilitar a análise em torno dos públicos sub-representados, estes foram organizados em grupos, tendo por base os elementos ou fatores comuns a cada um, como se expõe de seguida.

## Físicos e psíquicos

Pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com visão reduzida / cegos, pessoas surdas e surdas-mudas, pessoas com problemas psíquicos, pessoas com gaguez, pessoas com espinha bífida e hidrocefalia

## Culturais

Pessoas com baixa alfabetização, estrangeiros extracomunitários  
estrangeiros comunitários, minorias étnicas,  
pessoas LGBTQI+

## Geracionais

Crianças, adolescentes, jovens e idosos

## Socioeconómicos

Pessoas sem abrigo, pessoas com alto poder de compra

## Territoriais

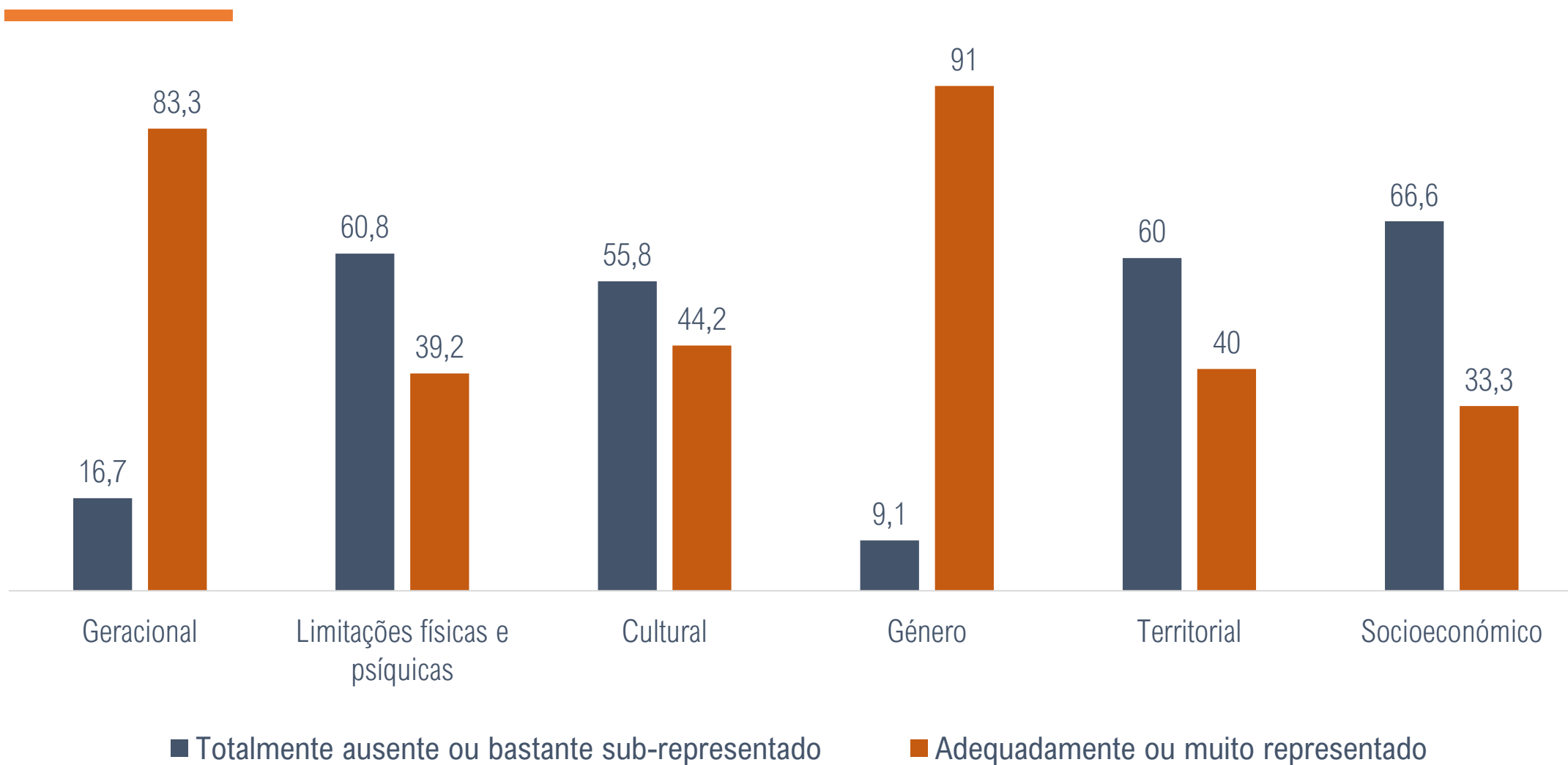
Pessoas provenientes de zonas rurais

## Género

Mulheres



## Grupos sub-representados por grau de representação



# **Estratégias adotadas pelas autarquias para promover a inclusão de grupos sub-representados nos processos participativos**

---

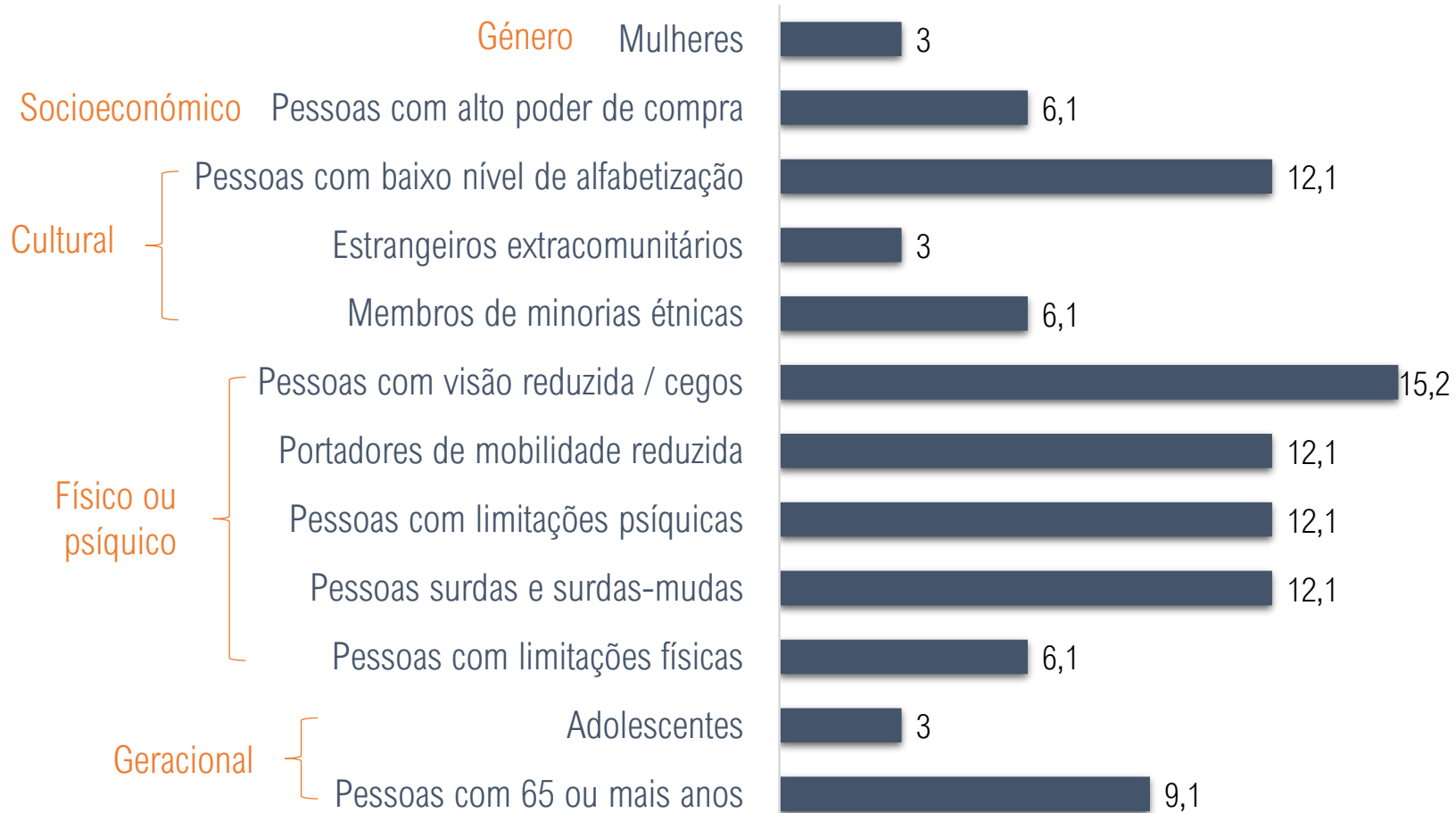
## Consegue identificar uma estratégia de referência, com sucesso comprovado, de envolvimento de grupos sub-representados nos processos participativos?

---

Do conjunto de respostas, é possível elencar diversas **estratégias utilizadas pelas autarquias para aumentar a inclusão dos grupos sub-representados**, nomeadamente:

- Processos participativos destinados a determinados grupos etários (p. ex. crianças e jovens);
- Realização de reuniões e/ou ações de mobilização para o processo participativo em instituições/organizações locais (p. ex., associações diversas, IPSS, escolas, etc.);
- Desenvolvimento de projetos/ações com componente participativa em territórios específicos (p. ex., bairros sociais e juntas de freguesia);
- Elaboração de planos municipais que abrangem grupos sub-representados com vertente participativa (p. ex., Plano da Juventude, Plano para a Integração dos Imigrantes, Plano de Desenvolvimento Social, Plano para a Integração das Comunidades Ciganas, etc.);
- Realização de eventos dedicados à temática da ‘participação cidadã’.

# Grupos sub-representados nos processos participativos que poderiam ter prioridade no âmbito de uma estratégia de inclusão das autarquias respondentes



Resposta de escolha múltipla

O inquérito demonstrou que os setores prioritários para estratégias de inclusão coincidem, em parte, com a análise inicial acerca do grau de representação.

Nota-se que as **limitações físicas e psíquicas e as especificidades culturais e socioeconómicas** são grupos de interesse das autarquias. Estes, de facto, são os que registaram maiores percentagens na classificação 'totalmente/bastante sub-representado'.

Por outro lado, o fator geracional continua a mobilizar estratégias, com destaque para a **população idosa**, apesar deste segmento ter revelado valores elevados de representação.

## Territórios “ausentes” (sub-representados) nos processos participativos



Resposta de escolha múltipla

A análise destaca dois territórios sub-representados que acumulam mais de 70% das respostas.

As **áreas mal conectadas com os centros habitados** (p. ex., as aldeias) sofrem, na sua maioria, com poucas ligações ao nível do transporte e das redes de internet e de comunicação, que dificultam o envolvimento dos residentes nos processos participativos, seja presencial ou online.

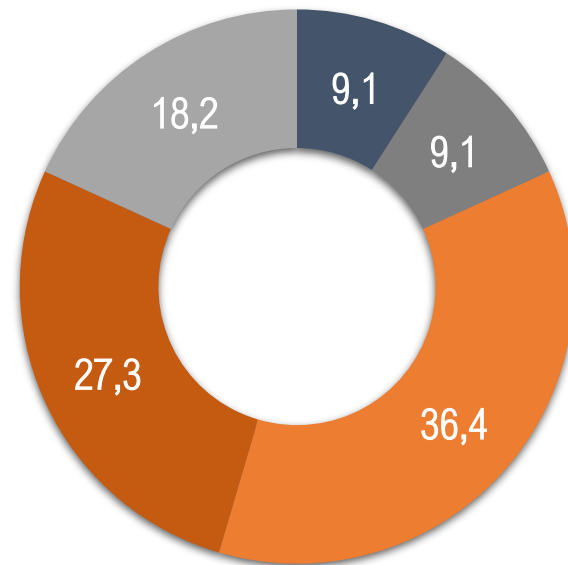
Os **bairros/áreas estigmatizados** (p. ex., bairros sociais) abrangem os grupos mal conectados e socialmente desintegrados. Em geral, são comunidades espacialmente diferenciadas, por vezes fechadas sobre si, sobre as quais são exercidos estigmas de ordem socioeconómica e cultural.

**Em que medida as seguintes afirmações  
podem ser consideradas verdadeiras**

---



## “A autarquia investiu numa política cuidadosa para aumentar a diversidade de participantes nos processos participativos”



■ Isto não aconteceu

■ Isto aconteceu algumas vezes

■ Não sei / Não respondeu

■ Isto aconteceu poucas vezes

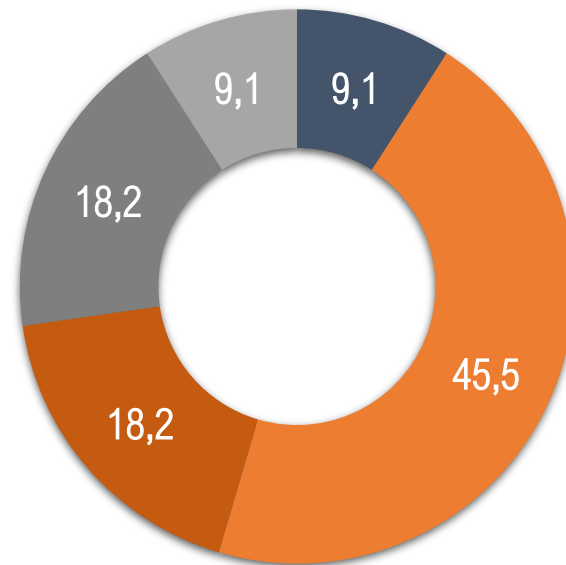
■ Esta situação ocorreu com frequência

Pelas respostas informadas, conclui-se que o investimento em políticas cuidadas que visam aumentar a diversidade dos perfis de participantes é ainda modesto ou moderado:

- Apenas 27,3% declararam que esta tem sido uma preocupação frequente na condução dos processos participativos.

Estes dados coincidem com as informações apresentadas em respostas anteriores, demonstrando que estamos perante uma “preocupação em construção” por parte das autarquias, existindo, no entanto, um amplo caminho a explorar e a percorrer para garantir uma maior diversidade de perfis e uma maior inclusão dos grupos sub-representados nos processos participativos.

## “A autarquia fez avaliações frequentes das presenças e ausências dos grupos sub-representados nos processos participativos”



■ Isto aconteceu poucas vezes

■ Esta situação aconteceu muitas vezes

■ Não sei / Não respondeu

■ Isto aconteceu algumas vezes

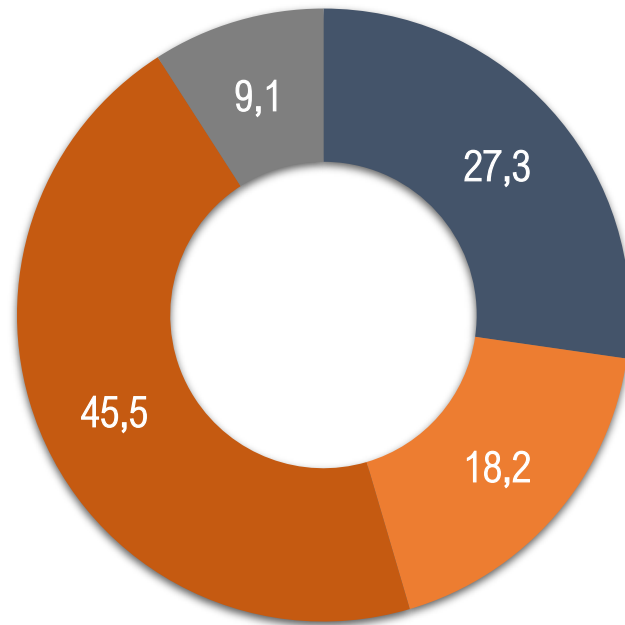
■ Esta situação ocorreu com frequência

Quanto à avaliação da participação dos grupos sub-representados, nota-se que:

- 54,6% não assumem esta preocupação de forma permanente nos exercícios de avaliação;
- 36,4% mencionam que este foco tem vindo a ser assumido com maior frequência.

Estes resultados confirmam a tendência exposta anteriormente. A preocupação relativamente à inclusão dos grupos sub-representados (ou a falta dela) é coincidente com a atenção que este tema possui no exercício de avaliação da participação levado a cabo pelas autarquias. Em síntese, tratando-se de uma “preocupação em construção”, é natural que esta não seja uma dimensão muito presente na avaliação dos processos.

## “O tema da ‘inclusão social’ na autarquia parece ser uma preocupação principal da política de ação social, mas não dos processos participativos”



■ Isto não aconteceu

■ Isto aconteceu poucas vezes

■ Esta situação aconteceu muitas vezes

■ Esta situação ocorreu com frequência

Os dados demonstram que 54,6% dos respondentes sentem que a temática da inclusão social ainda se mantém como uma atribuição das políticas de ação social.

Contudo, como o inquérito tem revelado e os resultados desta questão evidenciam, existe uma percentagem de 45,5% que não veem a situação dessa forma, uma vez que declararam que nenhuma vez ou poucas vezes tiveram a sensação de ser um tema exclusivo do setor social.

# Implementação de ações/medidas nas autarquias para a inclusão dos grupos sub-representados

---

## Que motivos inviabilizaram a implementação de medidas de inclusão de pessoas e grupos sub-representados nos processos participativos da autarquia?



As principais dificuldades de implementação de ações de inclusão nos processos participativos relacionam-se com a própria operacionalização, sendo que:

- 73,8% mencionaram a limitação da equipa técnica, a burocracia dos procedimentos, o desconhecimento de metodologias adequadas e o custo das medidas.

Por outro lado, para os demais, a inviabilidade deve-se a aspetos relacionados com as perceções interna e externa sobre a temática, uma vez que:

- 21,6% mencionaram que tal não constitui um problema ou o foco dos processos participativos; que se verifica uma ausência de propostas sobre o tema; que existe uma falta de adesão dos grupos-alvo.

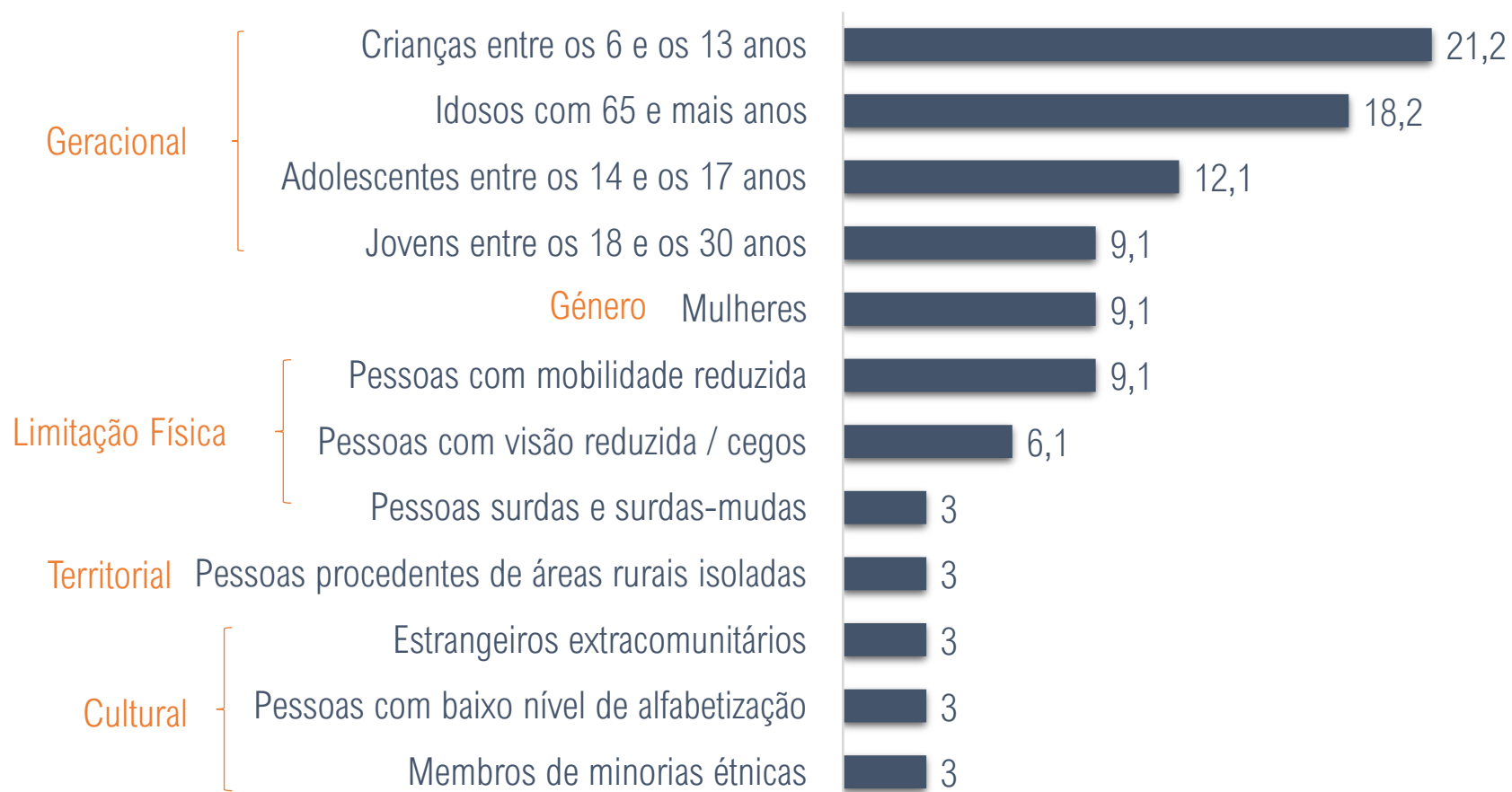
## **Processos participativos da autarquia que se revelaram mais eficazes na inclusão de pessoas/grupos tradicionalmente sub-representados**

Do conjunto de respostas, listam-se processos participativos ou ações, projetos e planos que se demonstraram eficazes:

- Processos participativos destinados a faixas etárias (p. ex., Orçamento Participativo Jovem, fóruns de crianças e jovens, etc.);
- Orçamento Participativo;
- Projetos dirigidos à prestação de apoio às pessoas idosas e deficientes;
- Planos Municipais/Ação com componente participativa (p. ex., Social, Saúde, Integração da Comunidade Cigana, Habitação, etc.);
- Descentralização de ações/reuniões (p. ex., Assembleia Municipal, Orçamento Participativo, etc.).



## Grupos sub-representados para os quais considera mais fácil propor, financiar e implementar ações de inclusão nos processos participativos



Os grupos sub-representados considerados mais fáceis de incluir são os associados aos fatores **geracionais** (crianças, idosos, adolescentes e jovens) e ao **gênero** (mulheres).

De facto, estes têm sido alvo de várias ações nos últimos anos (ver o gráfico 4), e alguns conseguiram adquirir uma boa/híper representação (ver o gráfico 5 e 6).

Num segundo conjunto, surgem as pessoas com **limitações físicas**. Este grupo, incluindo os que apresentam dificuldades psíquicas, é um público de interesse para futuras medidas inclusivas, como demonstrou os gráficos 2 e 4.

Por fim, os respondentes afirmam que existe uma certa facilidade em propor ações de integração para os estrangeiros e as pessoas com baixa escolaridade e minorias étnicas.

## Justifique os grupos sub-representados escolhidos como mais fáceis

Segundo os respondentes, estas são algumas das justificações apresentadas para os grupos selecionados no gráfico anterior:

- “Devido à **proximidade** do Município com as escolas, centros de dia e IPSS”;
- “A **comunicação** com estes grupos é mais simples e menos específica”;
- “**Menos exigência** em termos de recursos humanos e materiais”;
- “Estes **grupos são facilmente mobilizados** e habitualmente muito participativos e sedentos de fazer ouvir a sua voz”;
- “Tendo como **parceiros os agentes educativos**, é mais fácil propor e implementar ações junto de crianças e jovens”;

## Identifique os grupos sub-representados para os quais considera mais difícil propor, financiar e implementar ações de inclusão nos processos participativos



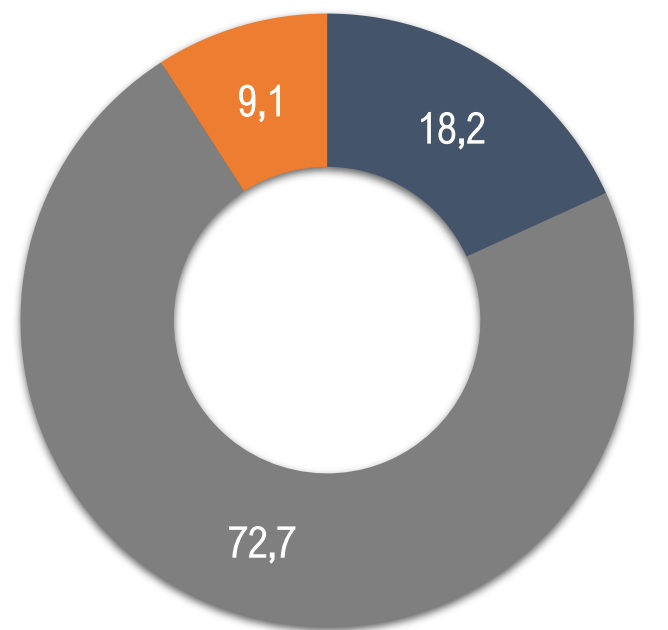
Os grupos sub-representados considerados mais difíceis de implementar ações de inclusão são:

- Ex-reclusos e pessoas com problemas psíquicos;
- Estrangeiros e membros de minorias étnicas;
- Pessoas LGBTQI+.

Acerca destes grupos, os dados anteriores revelaram que as autarquias tem investido ou pretendem desenvolver medidas de integração.

No entanto, no caso das pessoas LGBTQI+, com alto poder de compra e dos ex-reclusos, nota-se que são grupos bastante sub-representados (ver gráfico 1) e, apesar do interesse das autarquias, verificam-se poucas intervenções com estes públicos nos últimos anos, provavelmente pelo grau de dificuldade ao nível das políticas de inclusão, como justifica o presente gráfico.

## Considera que todos os departamentos, pelouros e serviços se preocupam de igual forma com a implementação de ações para aumentar a presença dos grupos sub-representados na construção das políticas públicas?



■ Sim ■ Não ■ Não sei / Não responde

A atenção com a implementação de ações inclusivas para os grupos sub-representados não é transversal a todos os setores da autarquia, como cita a maioria dos respondentes:

72,7% confirmam que não é uma preocupação de todos os pelouros, departamentos e serviços.

Por outro lado, 18,2% consideram que é uma temática que alcança a autarquia como um todo.

# Avaliação externa

---

Resultados da análise das páginas web

# Informações gerais das páginas de Internet

---



## Existência de página de Internet com informação sobre o processo = 59

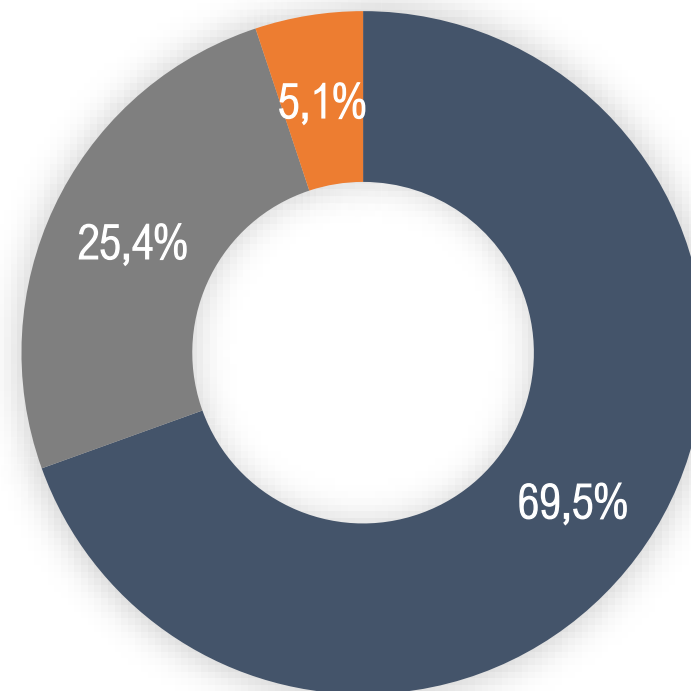
O primeiro elemento observado é a existência ou não de uma página de Internet dedicada ao processo participativo.

A consulta de 59 *websites* das autarquias permitiu verificar que:

- 69,5% têm uma página dedicada à participação;
- 25,4% têm uma subpágina dentro da página oficial da autarquia;
- 5,1% não possui qualquer página dedicada à participação.



A maioria das autarquias analisadas têm uma página ou subpágina de internet dedicada aos processos participativos.

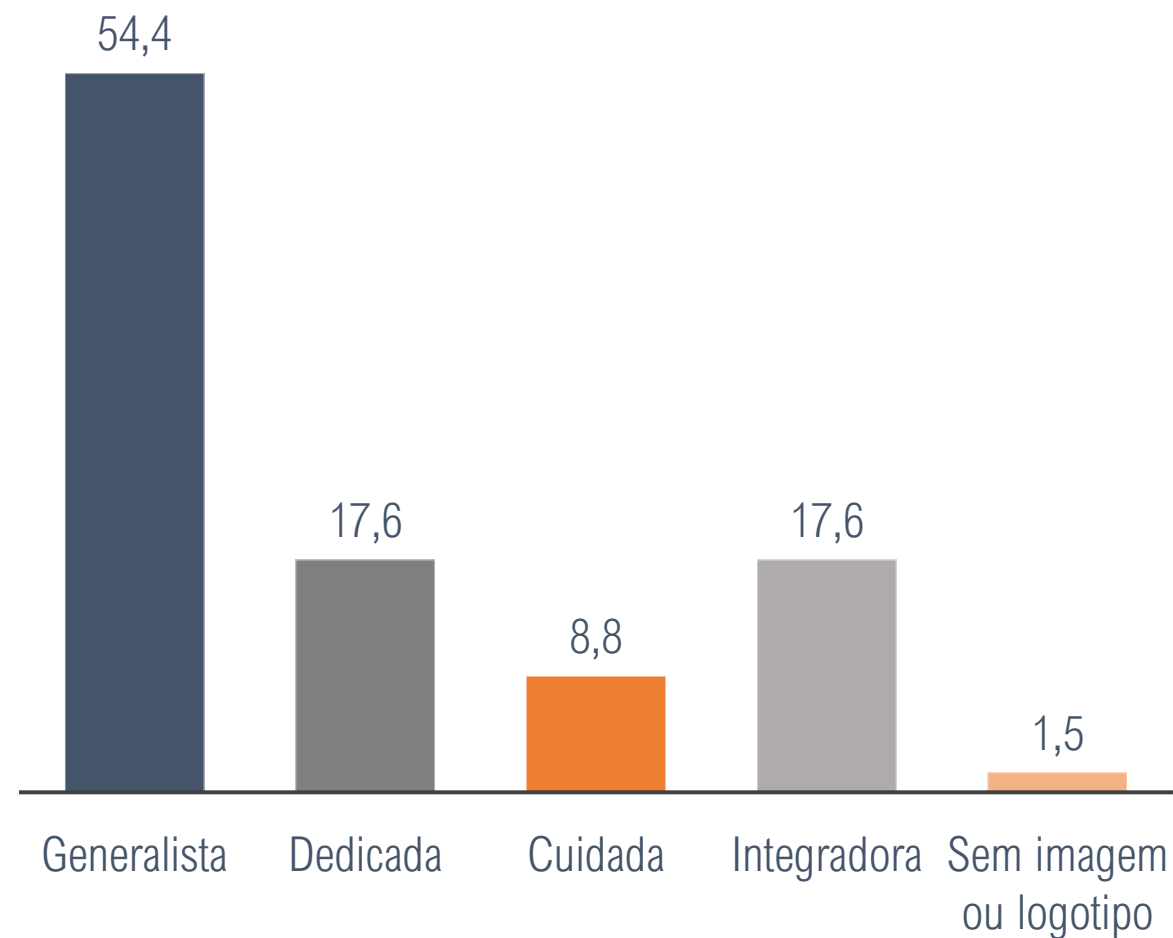


- Sim, existe uma página própria do processo
- Não, mas existe uma subpágina dentro da página da autarquia
- Não existe qualquer página sobre o processo

## Imagens utilizadas na página de Internet = 68

Uma das componentes importantes de uma página de Internet prende-se com o tipo de imagens selecionadas para comunicar os seus conteúdos. Relativamente aos casos observados:

- 54,4% são **generalistas**, apresentando apenas texto e o logótipo do processo;
- 17,6% são **dedicadas**, recorrendo a fotos, embora essas sejam provenientes de bancos de imagens;
- 17,6% são **integradoras**, isto é, recorrem a imagens de pessoas da comunidade, assegurando diversidade de perfis;
- 8,8% são **cuidadas**, pois utilizam imagens de pessoas da comunidade, embora sem assegurar diversidade de perfis;
- 1,5% não utiliza nem imagens, nem logótipo da prática.



A maioria das páginas é generalista, com texto e logótipo do processo. Destaca-se também que um grupo de autarquia tende a investir em páginas dedicadas/cuidadas.

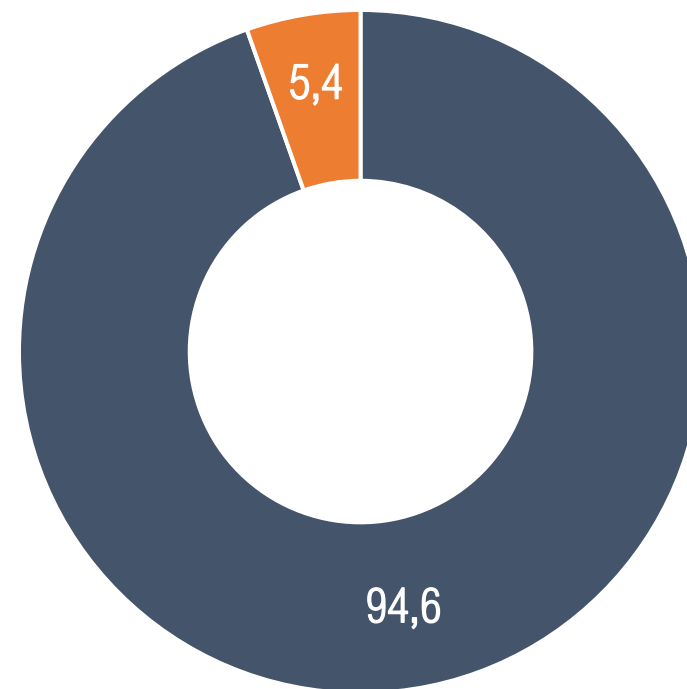
## Conteúdos da página de Internet = 56

Tendo em atenção os conteúdos das página de Internet, conclui-se que:

- A esmagadora maioria, ou seja, 94,6% evidenciam uma linguagem indiferente ao género;
- Somente 5,4% possui preocupações com uma linguagem que promove a igualdade de género.



A esmagadora maioria das páginas de Internet não possui uma linguagem sensível ao género.



- A página recorre a uma linguagem indiferente ao género
- A página recorre a uma linguagem que promove a igualdade de género

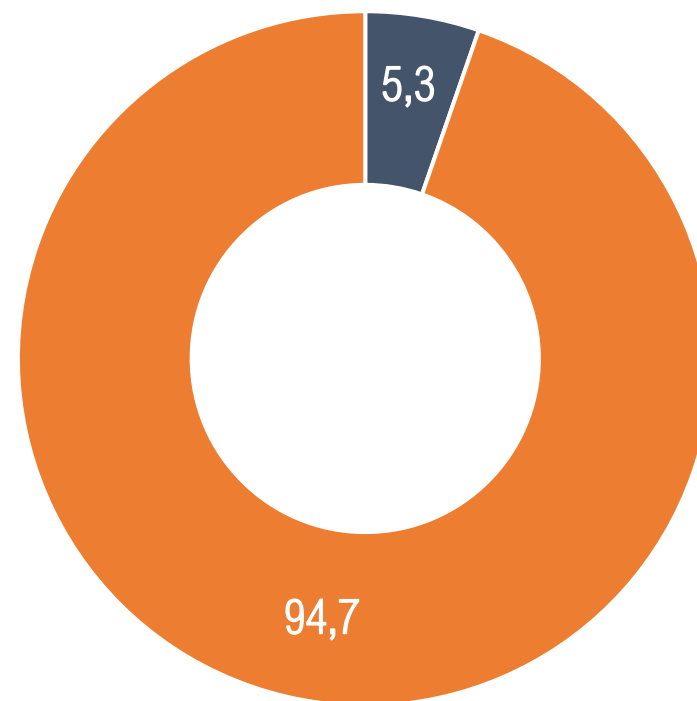
## Conteúdos da página de Internet = 57

Tendo em atenção os conteúdos das página de Internet, conclui-se que:

- A esmagadora maioria, ou seja 94,7%, recorrem a uma linguagem considerada acessível;
- Somente 5,3% utilizam uma linguagem pouco acessível a pessoas com baixa literacia.



A esmagadora maioria das páginas de Internet possui uma linguagem acessível.



- A página recorre a uma linguagem pouco acessível a pessoas com baixa literacia
- A página recorre a uma linguagem acessível

# Especificidades das páginas de internet

---

Pessoas com baixa visão

Pessoas com deficiência auditiva ou surdas

Pessoas com déficit cognitivo ou baixa literacia

Pessoas com deficiência motora ou mobilidade reduzida

Pessoas com baixa experiência tecnológica

Pessoas com debilidades na ligação à Internet

Pessoas estrangeiras

# Pessoas com baixa visão

---



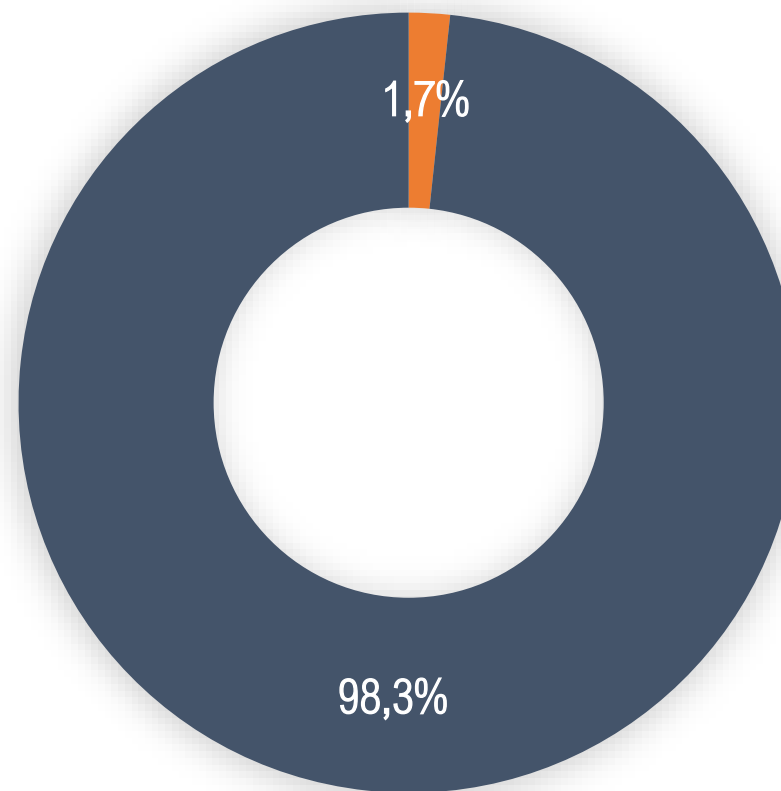
## A página recorre a programas que permitem ampliar a tela? 58

Em termos de ferramentas orientadas para pessoas que sofrem de baixa visão, avaliou-se a possibilidade de as páginas utilizarem certas funcionalidades.

- 98,3% das páginas não permitem ampliar a tela;
- 1,7% têm funcionalidades para ampliar a tela.



A esmagadora maioria das páginas de Internet não estão estruturadas para possibilitar a ampliação da tela, dificultando o acesso às pessoas com baixa visão.

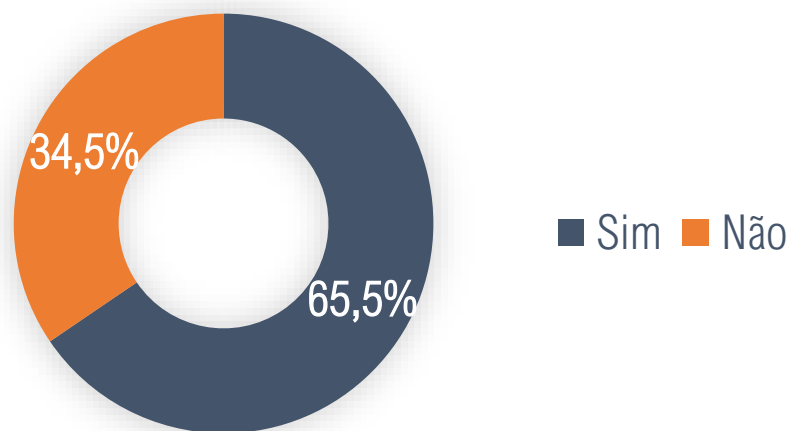


■ Sim ■ Não

## A página possui um bom contraste? 58

Quanto ao contraste das cores utilizadas:

- 65,5% das páginas apresentam um bom contraste;
- 34,5% não têm um contraste satisfatório.

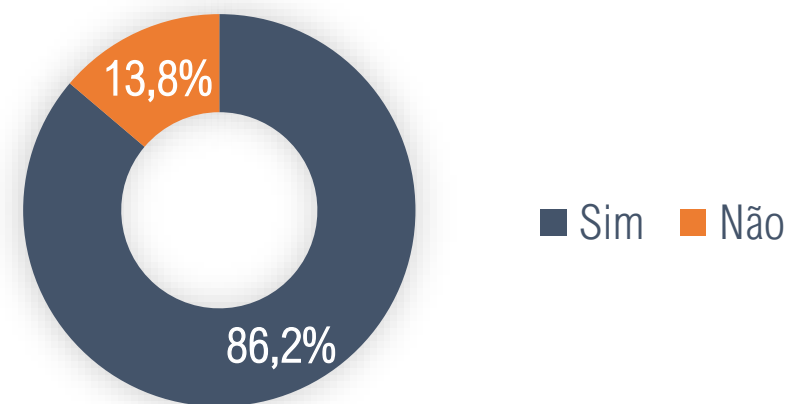


Um número considerável de páginas possui um bom contraste das cores utilizadas.

## A página permite identificar facilmente hiperligações, barras e botões? 58

Quanto às hiperligações, barras e botões:

- 86,2% das páginas têm essas funcionalidades organizadas de forma simples;
- 13,8% não são intuitivas ou de fácil utilização.



A maioria das páginas permite identificar facilmente hiperligações, barras e botões.

## A página permite ampliar o tamanho das fontes? **58**

Nas páginas consultadas, não foi possível identificar qualquer funcionalidade ou ferramenta que permita ampliar o tamanho das fontes.



100% das páginas de internet não permitem ampliar o tamanho da fonte, o que restringe a utilização por pessoas com baixa visão.

## Os conteúdos da página têm uma opção em formato de áudio? **58**

A análise demonstrou que a totalidade das páginas não possui o recurso áudio como alternativa aos conteúdos escritos, dificultando, assim, o acesso para as pessoas com dificuldades de visão.



100% das páginas de internet não disponibilizam o conteúdo em formato áudio, inviabilizando a navegação de utilizadores com limitações visuais.

# Pessoas com deficiência auditiva ou surdas

---

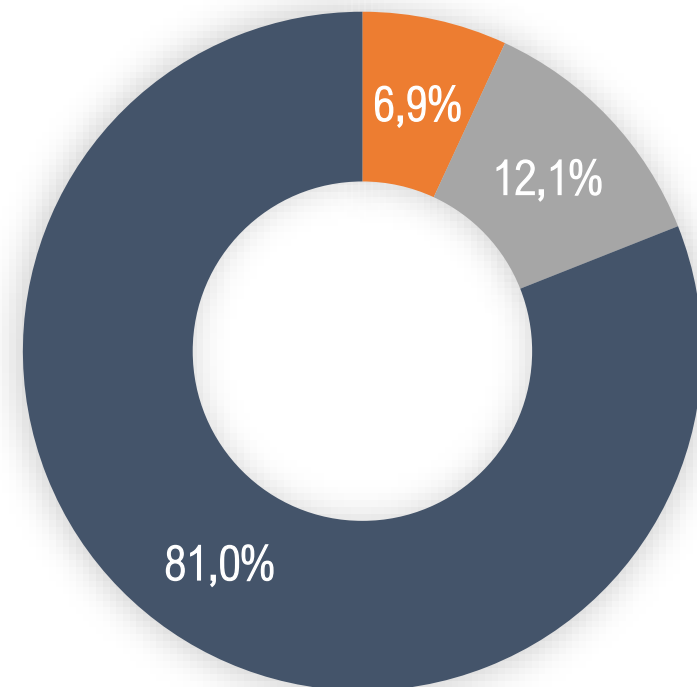
## Os vídeos utilizados na página são legendados? 58

No domínio da deficiência auditiva e das pessoas surdas avalia-se os conteúdos em formato vídeo. Identificam-se que:

- 81% das páginas não possuem os conteúdos em formato vídeo;
- 12,1% disponibilizam vídeos, mas sem legendas;
- 6,9% apresentam vídeos legendados.



Existem poucas páginas que recorrem a vídeos, e as que o fazem não têm por hábito fornecer legendas. A ausência desse recurso acaba por excluir as pessoas com limitações auditivas.

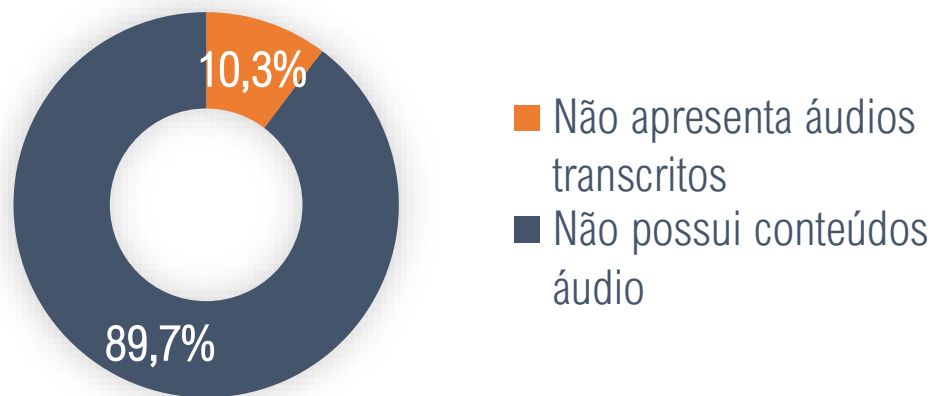


- Sim
- Não
- Não se aplica (não foram encontrados vídeos)

## Os conteúdos áudio utilizados na página são transcritos? 58

Quanto aos conteúdos áudio:

- 89,7% das páginas não apresentam conteúdos áudio;
- 10,3% disponibilizam o recurso de áudio sem transcrição.



Existem poucas páginas que recorrem a conteúdos áudio, e as que o fazem não fornecem transcrição dos mesmos.

## Os conteúdos da página têm uma opção de língua gestual? 58

Não foram encontrados exemplos de conteúdos com opção de língua gestual, dentro do universo em estudo.



100% das páginas de internet analisadas não possuem conteúdos com opção de linguagem gestual.

# Pessoas com déficit cognitivo ou baixa literacia

---

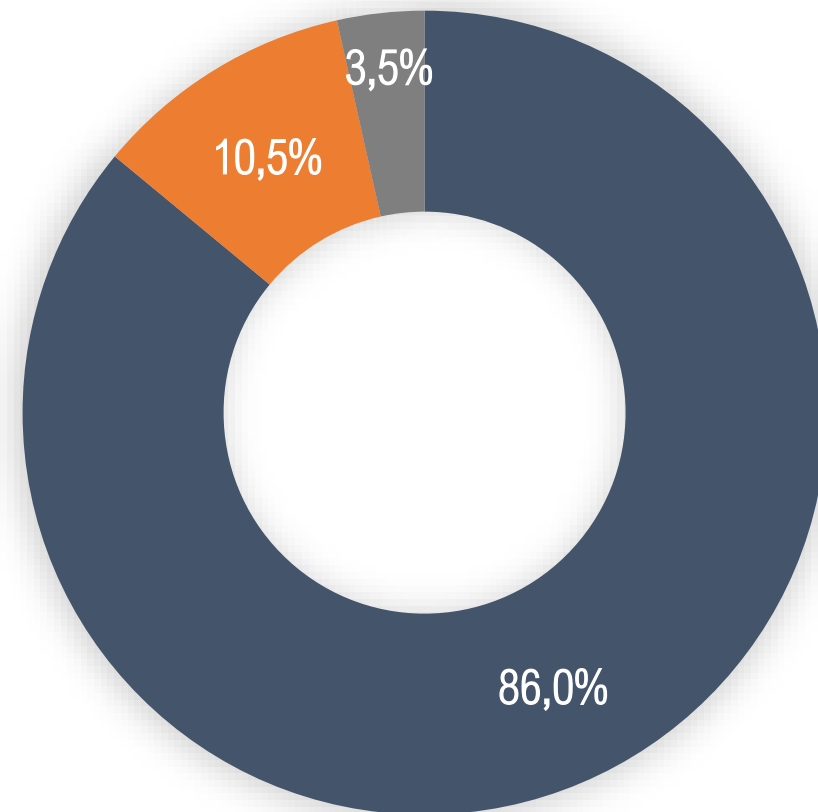
## É fácil navegar por todos os menus da página e seus subitens? 57

Quanto à facilidade de navegação da página de internet, regista-se que:

- 86% das páginas são bastante intuitivas e fáceis de utilizar;
- 10,5% apresentam funcionalidades mais complexa;
- 3,5% não foi possível realizar a análise.



A maioria das páginas de internet proporciona uma navegação simples em termos de menu e de subpáginas, permitindo a consulta por pessoas com um baixo nível de literacia ou com algum grau de deficiência cognitiva.



■ Sim ■ Não ■ Não se aplica



# Pessoas com deficiência motora ou mobilidade reduzida

---

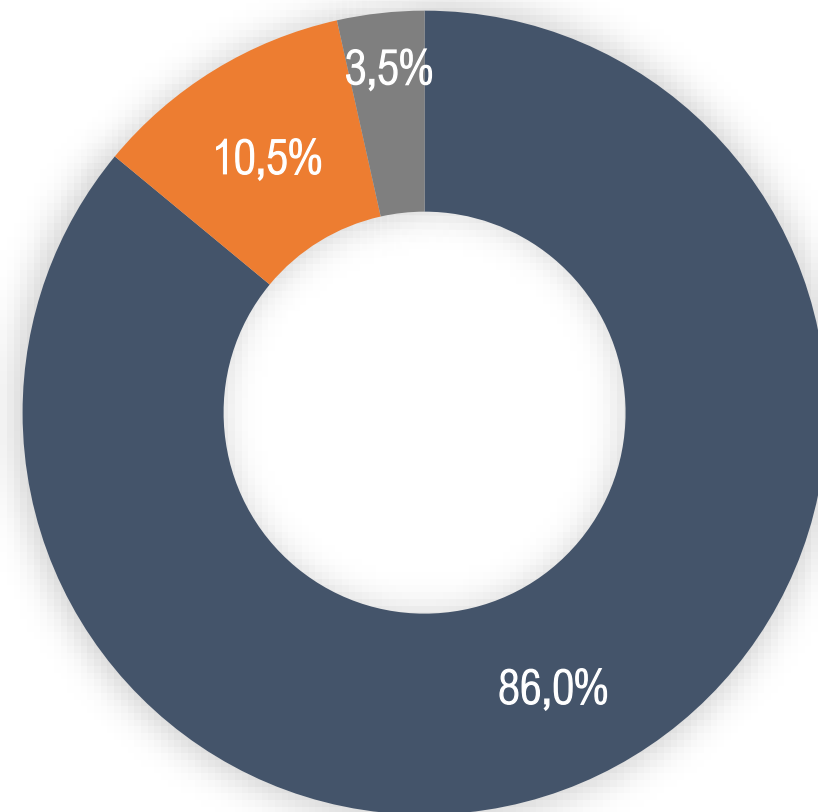
## A página disponibiliza contactos telefónicos ou alternativos? **58**

Relativamente aos contactos telefónicos:

- 82,8% das páginas de internet apresentam algum contacto telefónico;
- 17,2% não dispõem de qualquer forma de contacto.



A maioria das páginas analisadas disponibiliza contactos telefónicos ou alternativos, o que torna mais fácil a procura de informações e a participação por parte de pessoas com deficiência motora ou mobilidade reduzida.



■ Sim ■ Não ■ Não se aplica

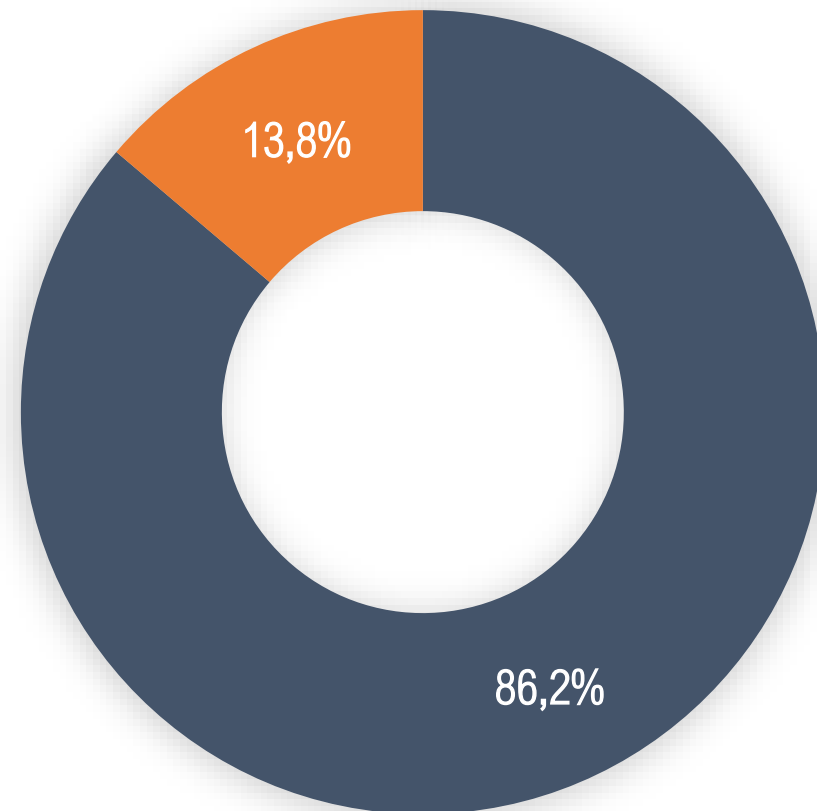
## A página permite a participação online em alguma(s) fase(s) do processo? **58**

Regista-se que:

- 86,2% das páginas específicas para os processos participativos permitem momentos de participação online;
- 13,8% não preveem essa modalidade.



Um número elevado de páginas de Internet têm funcionalidades de participação online, viabilizando o envolvimento dos cidadãos sem a necessidade de deslocação.



■ Sim ■ Não

# Pessoas com baixa experiência tecnológica

---

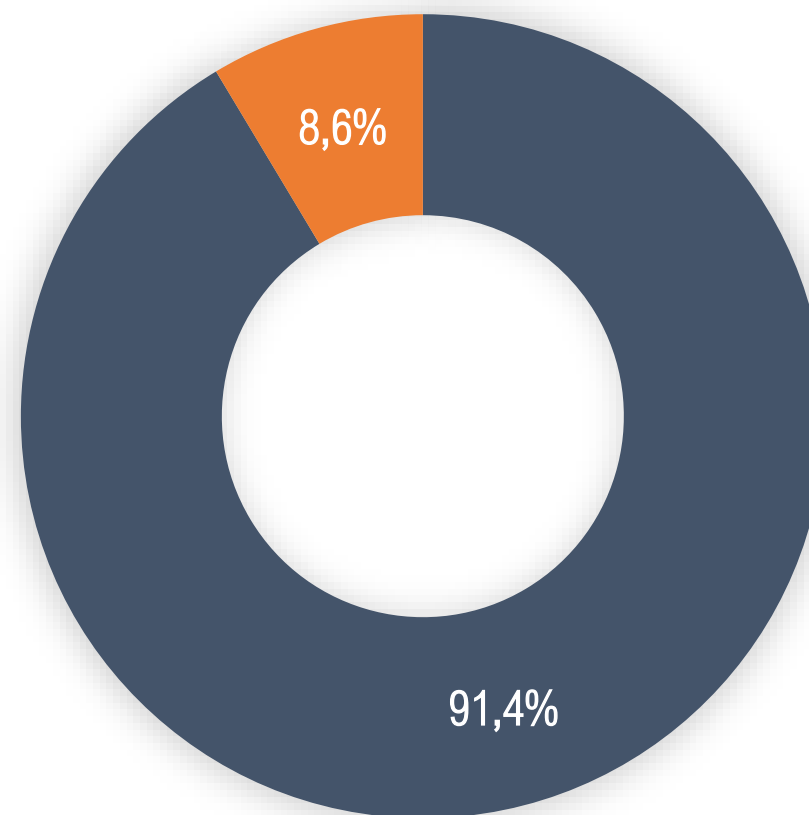
## A página permite uma navegação amigável? 58

A avaliação das páginas de Internet a nível da organização dos conteúdos, facilidade de os encontrar e o grau de complexidade exigido na interação demonstra que:

- 91,4% das páginas permitem uma navegação amigável;
- 8,6% apresentam uma interface mais complicada ou complexa.



A grande maioria das páginas de Internet permite uma navegação amigável, tornando-se acessível para pessoas com baixa experiência tecnológica.



■ Sim ■ Não

# Pessoas com debilidades na ligação à internet

---

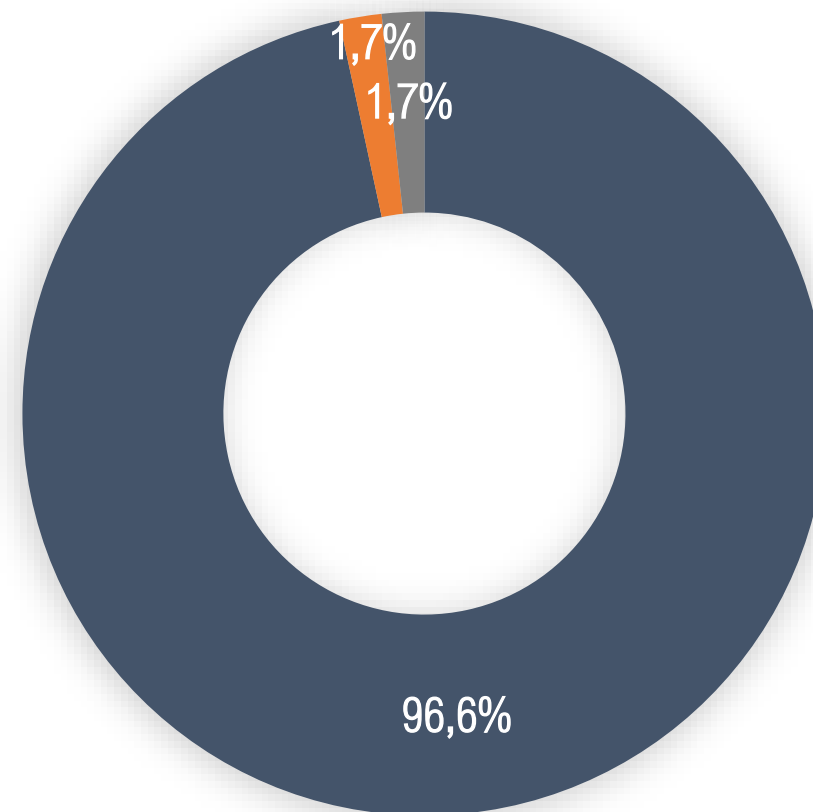
## A página carrega facilmente os conteúdos, permitindo um bom desempenho? **58**

No que concerne ao desempenho das páginas de internet notam-se que :

- 96,6% das páginas permitem um bom carregamento do conteúdo;
- 1,7% apresentam maiores dificuldades;
- 1,7% não se aplica.



A maioria das páginas analisadas carrega facilmente os conteúdos e permite um bom desempenho.



■ Sim ■ Não ■ Não se aplica

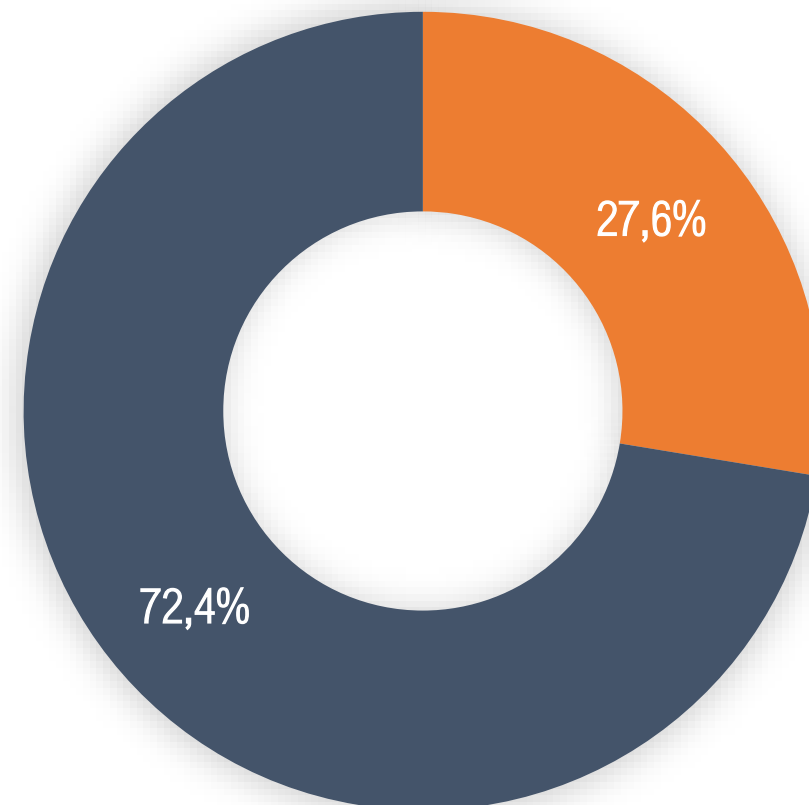
## A página recorre a muita informação disponível em documentos para download? 58

Relativamente à informação disponível para download:

- 72,4% das páginas aplicam esta funcionalidade;
- 27,6%, não fazem uso desse recurso ou utilizam de forma reduzida.



Quase a totalidade das páginas não recorre a um grande volume de documentos para download. A utilização excessiva deste recurso não é algo prático, uma vez que depende da qualidade e velocidade da Internet ou da disponibilidade de dados móveis.



■ Sim ■ Não



# Pessoas estrangeiras

---

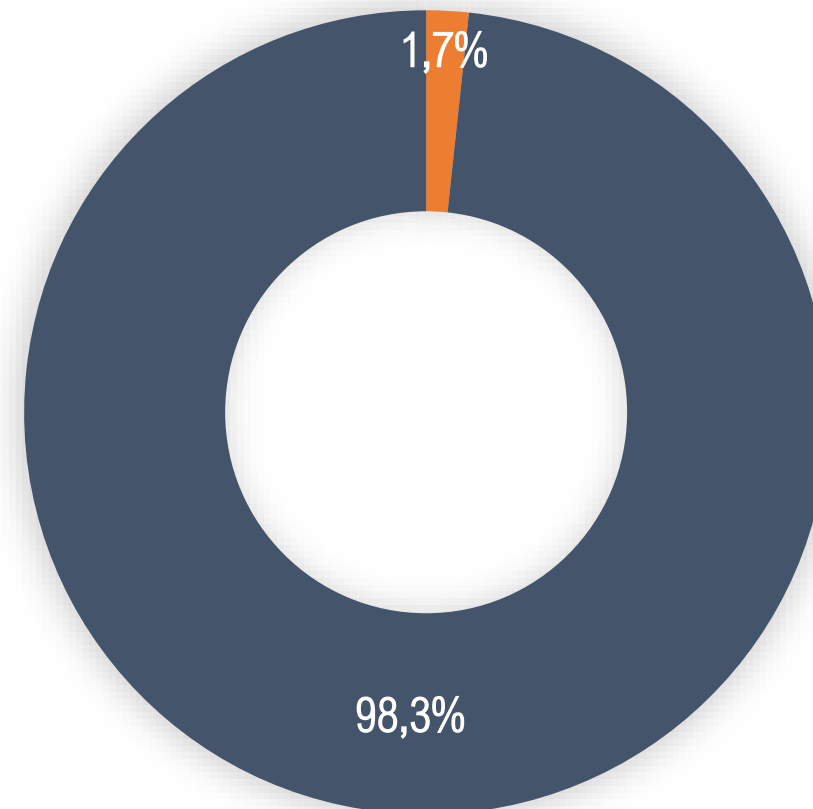
## A página está traduzida em outro(s) idioma(s)? 58

Através dos dados coletados, é possível concluir que:

- 98,3% das páginas apresentam o conteúdo apenas em português;
- 1,7% disponibilizam o conteúdo em outras línguas.



A maioria das páginas de Internet não está traduzida para outros idiomas, o que inviabiliza a utilização por pessoas estrangeiras que não dominam o português.



■ Sim ■ Não

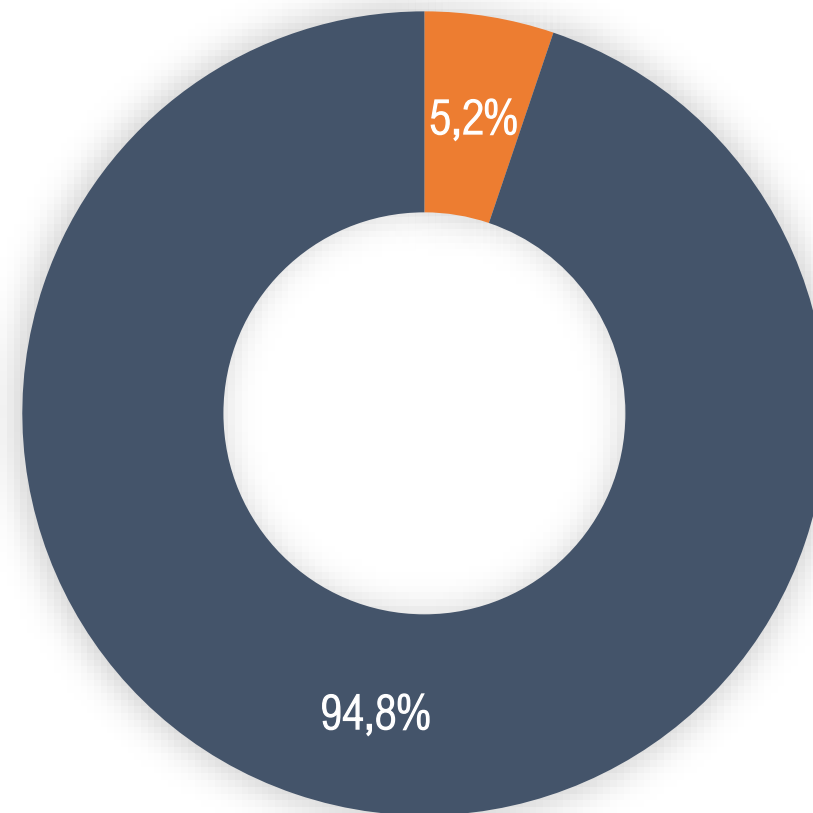
## A página possui um tradutor automático? 58

Relacionado com a questão do idioma, identificam-se que:

- 94,8% das páginas não dispõem de um tradutor automático;
- 5,2% apresentam alguma ferramenta de tradução associada.



Um número significativo de páginas de Internet não possui um tradutor automático.



■ Sim ■ Não

# Considerações finais

---

Iniciativa



Edição



É inquestionável que o poder local democrático tem prestado um contributo essencial ao desenvolvimento do país. O seu papel tem sido fundamental em muitos domínios, como no combate à interioridade, na criação de infraestruturas básicas, na melhoria das acessibilidades, na prestação de serviços públicos essenciais às populações, na promoção cultural, na preservação do património, na estruturação e dinamização de redes institucionais, na criação de fatores de competitividade dos territórios, na criação direta e indireta de emprego, entre outros.

A área da ação social, particularmente relevante para este estudo, pela relação direta com a maioria dos grupos sub-representados, tem igualmente merecido um investimento progressivo por parte das autarquias. Apesar das limitações que possam existir, é incontestável o contributo progressivo

do poder local para a inclusão dos grupos sociais mais vulneráveis ou ausentes das políticas públicas.

Pelo exposto anteriormente, destaca-se, a título de exemplo, o investimento que tem sido feito na promoção da igualdade entre homens e mulheres – assumida como uma política de Estado – bem como na dinamização de projetos que visam o envolvimento progressivo dos mais jovens na vida comunitária e na gestão autárquica. Eventualmente menos vincada, ou menos visível, esta preocupação com a construção de políticas públicas mais inclusivas dos grupos sociais mais afastados do centro de influência, tem vindo a alargar-se a outros atores da sociedade, como por exemplo a integração de migrantes.

A atenção crescente atribuída pelas autarquias à inclusão de grupos sociais particularmente sub-representados não alcançou ainda a mesma relevância ou reflexo no âmbito dos processos participativos. Isto evidencia que o tema não é específica e devidamente tratado:

- no desenho e na implementação das práticas de participação;
- na construção dos modelos e dos instrumentos de monitorização e avaliação das práticas participativas;
- na articulação interserviços.

Este último aspeto foi, aliás, destacado nas respostas aos questionários, com cerca de 55% das autarquias a considerarem que a temática da inclusão social se mantém como uma atribuição das políticas de ação social. Isto evidencia um modelo organizacional ainda muito setorializado, com o qual os processos participativos têm

procurado conviver, nem sempre com sucesso.

Perante estes elementos, colocam-se pelo menos dois desafios:

- Aprofundar a comunicação e a articulação entre as práticas de participação (e as equipas por essas responsáveis) e outras políticas ou instrumentos setoriais, como os dirigidos aos grupos sub-representados;
- Introduzir, de forma mais efetiva possível, a participação como um princípio essencial na construção das diferentes políticas e instrumentos setoriais das autarquias.

Tendo presente estas considerações, foi efetuada uma análise comparativa entre a performance das autarquias membros da RAP e outras, no que concerne a algumas políticas ou instrumentos setoriais, sobretudo no âmbito da promoção da **igualdade e não discriminação**, tocando claramente alguns grupos sub-representados. Seguem alguns dados:

- Cerca de 61% dos municípios portugueses adotaram a figura das **Conselheiras e dos Conselheiros Locais para a Igualdade**. Este valor aumenta para cerca de 80% quando nos referimos ao universo de membros da RAP;
- Cerca de 31% dos municípios portugueses criaram **Planos Municipais para a Igualdade**, enquanto no interior da RAP este percentual ascende aos 54% dos membros;
- No que concerne aos **Protocolos de Cooperação com a**

**CIG**, estes foram celebrados com 68,5% das câmaras municipais. Na RAP são mais de 86% as autarquias com esta mesma aposta;

- O **Prémio Viver em Igualdade** ou Menção Honrosa foi atribuído a 14,6% dos municípios portugueses, uma ou mais vezes, durante as sucessivas edições do mesmo, sendo que no interior da RAP esse valor é de 30,5%;
- Existem cerca de 100 **Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)** no país, o que perfaz aproximadamente 32,5% dos municípios existentes. Na RAP, a proporção de autarquias que possuem um CLAIM é de 42,4%.



Pelo exposto, fica evidente que os membros da Rede de Autarquias Participativas estão altamente comprometidos com as questões mencionadas, reforçando, aliás, o exposto nestas considerações finais.

Para além da setorialização das políticas públicas e das dificuldades de articulação entre serviços, outro dos elementos que carece de revisão por parte das equipas é o que se prende com as condições de acessibilidade das páginas de internet dedicadas à participação.

Estas sofrerem, em larga medida, de uma certa estandardização, isto é, são generalistas e não recorrem a características diferenciadoras ou integradoras, apesar de no seu cômputo apresentarem uma linguagem acessível e uma boa organização dos conteúdos. A maioria resulta de estruturas de layout predefinidas pelas principais empresas que comercializam estes produtos no mercado, contribuindo em larga medida para a estandardização referida.

Tendo presente a tendência de digitalização ou virtualização dos processos participativos, reforçada pelo contexto de pandemia da Covid-19, torna-se essencial compreender que em alguns casos a página de internet se converteu no principal instrumento ou canal de participação, razão pela qual se justifica uma atenção acrescida às suas características e condições de acessibilidade, para que não reproduzam ou ampliem os fatores de exclusão dos grupos sub-representados.

Algumas soluções são bastante simples e pouco ou nada onerosas, tais como, incorporar um tradutor automático, utilizar formatos áudio, permitir o aumento das fontes utilizadas, adotar uma linguagem sensível ao género, entre outras.

*Esta pesquisa-ação colaborativa deixa evidente a importância de se investir numa maior articulação entre os serviços de uma mesma autarquia, assegurando que as preocupações evidenciadas com políticas públicas integradoras em diferentes áreas de governação se refletem de igual forma nos processos participativos. Isto inclui, naturalmente uma maior preocupação com a forma como se comunica para o exterior, para promover canais de participação inclusivos e que reconheçam as limitações e as especificidades dos diferentes grupos sociais.*